



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei Complementar nº 1/2014


Acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei Complementar nº 107, de 2005, que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Fica acrescentado parágrafo único ao art. 30 da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Nos casos de comprovada fraude ou irregularidade, e desde que devidamente motivado por relatório circunstanciado, poderá ser realizado o cancelamento da inscrição estadual, como medida acautelatória dos interesses da administração fiscal, garantidos o contraditório e a ampla defesa após esse procedimento.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator

  
João Wronski



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Resolução nº 3/2014

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de dezembro de 2013.

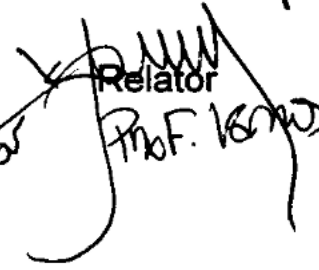
Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, prevista na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator

  
Prof. F. 16/10/13

  
Prof. F. 16/10/13



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

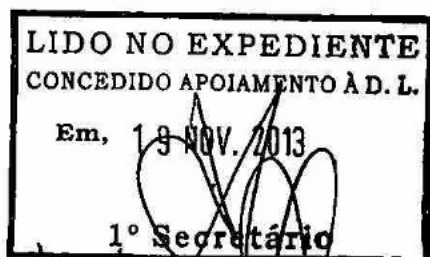
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº

642/13

**Súmula:** Denomina de **EGON PUDELL**, a Rodovia PR-585, que compreende os municípios de Toledo – São Pedro do Iguaçu – Vera Cruz do Oeste.



Art. 1º - Fica denominado de **EGON PUDELL**, a Rodovia PR-585, que compreende os municípios de Toledo – São Pedro do Iguaçu – Vera Cruz do Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2013.

  
**DUÍLIO GENARI**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



## JUSTIFICATIVA:

Egon Pudell, Pioneiro e Ex-Prefeito de Toledo, três vezes Deputado Estadual e Cidadão Honorário do Estado do Paraná, falecido em 29 de setembro de 2013, brava gente, firme, decidido, pessoa destacada, respeitada e admirada por todos, pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

No ano de 1951, ainda jovem, 22 anos, Egon Pudell fixou residência, e desde o primeiro dia começou a participar ativamente da luta, juntando-se aos poucos habitantes, para continuar o desbravamento desta então ainda terra desconhecida, que com bravura de todos, com lágrimas as vezes, suor e sangue fizeram Toledo.

Graças ao seu espírito comunitário e de progresso foi eleito Prefeito Municipal, período de 1956 a 1960, realizando uma administração notável, que inegavelmente projetou Toledo, como município líder da região Oeste.

Findo o mandato de Prefeito foi eleito Vereador, e com o prematuro falecimento do então Prefeito Willy Barth assumiu novamente a Prefeitura na condição de Presidente da Câmara Municipal, por 5 meses.

Confirmado o seu prestígio regional e dentro do Estado, no ano de 1962, foi eleito Deputado Estadual, exercendo o mandato com a mesma disposição e espírito de luta.

Sempre mantendo uma postura de progresso, PUDELL foi eleito novamente Prefeito de Toledo em 1968, cumprindo mandato entre 1968/1973. Foi eleito ainda 2 (duas) vezes Deputado Estadual 1975 a 1979 e 1979 a 1983, assumindo o cargo de Presidente da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Uma justa e merecida homenagem que a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, presta a EGON PUDELL, um homem de grande valor, pessoa destacada, respeitada e admirada que foi no Estado do Paraná.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

## **PARECER**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº: 642/2013.**

**AUTOR: DEPUTADO DUÍLIO GENARI.**

**SÚMULA:** *“Denomina de EGON PUDELL, a Rodovia PR-585, que compreende os municípios de Toledo – São Pedro do Iguaçu – Vera Cruz do Oeste”.*

**RELATOR: DEPUTADO PEDRO LUPION.**

#### **I. RELATÓRIO.**

Trata-se de Projeto de Lei (PL), proposto pelo Deputado Estadual DUÍLIO GENARI, o qual objetiva denominar trecho de rodovia conforme consta da súmula acima transcrita.

No bojo da proposição se encontram os seguintes documentos: (i) currículo completo do homenageado (fls. 03); (ii) Requerimento de votos de pesar a família do homenageado, datado de 30 de setembro de 2013 (fls. 05/06).

Uma vez apresentada a documentação, estando o PL em ordem e apto para a competente análise por esta Comissão, foi designado o Parlamentar que ora subscreve como Relator da matéria.

**É O RELATÓRIO.**



## PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



### II. ANÁLISE

De início esta Comissão detém a competência para exarar o presente parecer, nos termos regimentais, conforme pode ser verificado no artigo 33-A<sup>1</sup> do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Em relação a constitucionalidade formal, de início se verifica que o proponente detém legitimidade nos termos do artigo 65<sup>2</sup> da Constituição do Estado do Paraná, o qual menciona que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.

Quanto a matéria versada no PL não existe qualquer reserva de iniciativa, e no mesmo sentido não há reserva de competência, possibilitando o Estado de legislar sobre o tema.

A técnica legislativa, se encontra em consonância com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Acerca da constitucionalidade material, da mesma forma, não se encontra qualquer óbice considerando não existirem problemas relativos aos aspectos a observar nesta oportunidade.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 238<sup>3</sup>, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos. Hipótese essa inexistente no caso em tela.

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

<sup>2</sup> Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

<sup>3</sup> Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



O óbito do homenageado está devidamente coprovado por intermédio do Requerimento de votos de pesar pelo falecimento do mesmo, documento este oficial desta Casa Legislativa. Portanto, restando superada a necessidade de se acostar a Certidão de óbito, ou qualquer documento que lhe faça as vezes, considerando que a documentação acostada no presente PL é oriunda desta própria Casa de Leis.

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística e Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DER não se vislumbra, no projeto, nenhuma incompatibilidade entre o que ali se propõe e as regras e princípios do texto constitucional vigente.


É A ANÁLISE.

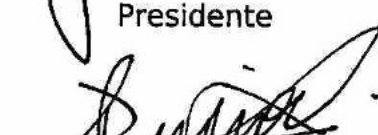
### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 642/2013, de autoria do Deputado Estadual DUÍLIO GENARI em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL.

É O VOTO.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2013.

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

**APROVADO**

25.02.14 